

Sua Excelência o Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa

Excelentíssimo Senhor Governador do Banco de Portugal e Presidente do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, Dr. Carlos Costa

Excelentíssimo Senhor Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, Dr. José de Azevedo Rodrigues

Por todos, Minhas Senhoras e Meus Senhores

Foi-me dada a obrigação de coordenar a Organização de mais este Congresso trienal – as partes que tiverem corrido menos bem são da minha exclusiva responsabilidade. Seguro é que trabalhámos supondo prestar o melhor de nós à Ordem, e o esforço representou também uma homenagem ao nosso Bastonário, que, especialmente neste mandato, tem suportado nos ombros o peso das transformações com dificuldades inesperadas.

O tema é de supervisão. Falou-se aqui de economia, do governo das sociedades, do papel dos mercados e das suas necessidades de informação certificada, do setor público, da intervenção do julgamento, que é profissional, dos aspetos comportamentais, que rondam a ética, do interesse público da auditoria.

Com o congresso fixou-se - ou pelo menos colou-se-me – a ideia de que à liberdade, à inovação, à criatividade, às formas de organização pública ou privada está inerente a supervisão, ou uma certa espécie de regulação e supervisão, de tal sorte que esta pode até ser tida como uma cortina que faz escapar os riscos da existência, por supor que ela, essa supervisão, representa uma eficaz proteção.

A evidência mostra que não é assim – e que à supervisão se acrescenta supervisão, sempre no intuito de blindar os interesses da sociedade, dos investidores, dos trabalhadores, dos cidadãos.

O tema é também de auditoria – de como esta se insere no contexto acabado de referir. A questão central é a de conceber e incluir na prática uma tarefa que é também de supervisão e que é, ela mesma, como todas as outras, objeto de supervisão. Como todas as outras não é bem assim, porque em dado momento, ou porque se alojou numa nuvem ou porque já não há mais além, parece só haver supervisionados.

Este é o caso dos revisores de contas. Por vezes pensa-se que têm de saber, de ver, de ouvir, mesmo as coisas insuscetíveis de conhecimento, de observação, de audição – não faltando os meios de esconder, como em todos os dias nos chegam notícias.

Concluir que, num ambiente económico onde avultam as dificuldades empresariais, as insolvências abertas ou camufladas, as limitações financeiras e de estruturação do setor público, concluir, dizia, que, neste ambiente, os revisores têm de debater-se, sem remissão, com enormes restrições de trabalho técnico, com incremento de concorrência e de abaixamento de honorários, é uma mera tautologia - resistimos, vincando a independência, a competência e ajudando as unidades produtivas, desde o setor financeiro ao setor mineiro, sendo particularmente relevante a nossa contribuição nas pequenas e médias empresas.

Ser revisor é agir no governo das instituições, privadas, grandes ou pequenas, procurando preservar os interesses de quem investe, de quem deposita as suas economias, de quem entrega dinheiro em vista de uma pensão, de quem trabalha, de quem fornece, de quem é cliente.

No setor público as exigências são, feliz e progressivamente, pelo menos as mesmas do setor privado, nem sempre, todavia, retribuídas no apreço que aos revisores deve ser conferido.

E é assim que, nas conclusões, estão ligadas a debilidade da economia, a carência da capitalização das empresas, a fragilidade do governo das sociedades e as lacunas do governo das entidades do setor público, por um lado, e, por outro, a imperiosa necessidade de implantação de informação financeira, designadamente contabilística, séria, credível, comprovável.

Não é de informação vulgar que se trata, é de um conteúdo estruturante de comunicação, estruturante das empresas, estruturante do Estado, que permita a utilização nas racionais decisões do foro privado e das políticas públicas.

Os revisores reivindicam um papel em todo este processo, no quadro da mencionada supervisão.

Foi objetivamente sublinhada a utilidade da profissão, com compreensão dos riscos e responsabilidades associados, mas que tem de ser inexoravelmente assim vivida.

Andar por aqui, implicou passarmos pela prática de julgamento, com a corresponsável capacidade de decisão formada na competência e no cumprimento de normas técnicas, de acordo com o estado da arte, naturalmente, e na indiscutível aceitação de injunções éticas que nos aproximam, metaforicamente, do caminho da santidade.

No Congresso abrimo-nos ao exterior, queremos ouvir dos gestores, dos desenhadores dos modelos de governo, dos fazedores do mercado e da informação, que muitas vezes são uma e a mesma realidade.

Percebemos que todos nos consideram um elo forte na cadeia de supervisão, no seu sentido geral – não temos, porém, a capacidade de resolver os problemas de disfunções que estão por todo o lado e pensamos que seria mesmo injusto pôr no nosso colo as responsabilidades que, de facto – e também de direito – a outros competem.

Estudaremos as lições destes dois dias de Congresso.

Terminei assim.